MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

DIÁRIO ELETRÔNICO MPDFT

Edição n.º 779, 03 de março de 2016.

LEONARDO ROSCOE BESSA
Procurador-Geral de Justiça

SELMA SAUERBRONN
Vice-Procurador-Geral de Justiça

CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DE ALMEIDA
Corregedora-Geral de Justiça

JOSÉ THEODORO CORREA DE CARVALHO
Chefe de Gabinete do MPDFT

WAGNER DE CASTRO ARAÚJO
Diretor-Geral do MPDFT

MP DFT
Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios

Endereço: Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Sede do MPDFT, Brasília-DF - CEP 70.091-900.
Horário de funcionamento para atendimento ao público externo: em dias úteis, das 12h às 18h
Telefones: (61) 3343-9500 - Plantão (sábados, domingos e feriados): (61) 3214-4444 | 3103-6217 | 3103-6219

Recomendação nº 01/2016 - CG

O Corregedor-Geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar n. 75, e pelo art. 4º, inciso XXIX, do Provimento n. 15-CSMPDFT, de 12 de novembro de 2004, com redação dada pelo Provimento n. 21-CSMPDFT, de 22 de junho de 2009,

considerando que compete ao Corregedor-Geral orientar os membros do MPDFT, prevenindo irregularidades no exercício profissional que possam resultar em instauração de sindicâncias, inquéritos ou processos administrativos disciplinares;

considerando que o artigo 236, IX, da Lei Complementar nº 75/93 estabelece o dever do membro do Ministério Público de desempenhar com zelo e probidade as suas funções, dentre as quais se insere a obrigação de indicar os fundamentos jurídicos de suas manifestações;

considerando que o princípio constitucional da necessária motivação das manifestações que o membro do Ministério Público exara em atos judiciais ou administrativos deriva do artigo 93, IX e X, e do artigo 129, § 4º, ambos da Constituição Federal;

considerando que o Enunciado nº 03 das Câmaras Reunidas de Coordenação e Revisão, ao tratar de procedimentos internos, estabelece o dever do membro de fundamentar os motivos de fato e de direito nos quais baseia seus pedidos de arquivamento;

considerando que o Ato Deliberativo nº 04/2007 do Conselho Institucional das Câmaras de Coordenação e Revisão, que trata da intervenção do Ministério Público em Mandados de Segurança (PIP nº 08190.027829/07-85) deixa

Diário Eletrônico do MPDFT.Edição n.º 779, 03 de março de 2016.

claro que os membros do MPDFT devem prestigiar a ação constitucional do mandado de segurança, pronunciando-se, obrigatoriamente, sobre o mérito ou a própria viabilidade do pedido, em atenção aos artigos 10 da Lei nº 1.533/51 e artigo 127 da Constituição Federal;

RESOLVE:

Art. 1º. Recomendar aos membros do MPDFT a observância do dever funcional de motivação dos atos decisórios, tanto em feitos externos quanto em feitos internos sob sua responsabilidade, zelando pelo integral cumprimento do artigo 93, IX e X, e do artigo 129, § 4º, ambos da Constituição Federal, indicando os fundamentos fáticos e jurídicos de sua manifestação.

Brasília-DF, 1º de março de 2016.

ORIGINAL ASSINADA
CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DE ALMEIDA
Procurador de Justiça
Corregedor-Geral do MPDFT

Diário Eletrônico do MPDFT.Edição n.º 779, 03 de março de 2016.

EXTRATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

Concedido ao Promotor de Justiça Moacyr Rey Filho, matrícula 10021, 1,5 (uma e meia) diárias, no valor de R$1.618,75 (mil seiscentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos), pela participação na Visita ao MPE SP e Reunião do Projeto Repensar, nos dias 18 e 19 de janeiro de 2016, na cidade de São Paulo-SP.

Concedido ao Procurador-Geral de Justiça, Leonardo Roscoe Bessa, matrícula 401, 1,5 (uma e meia) diárias, no valor de R$1.775,12 (mil setecentos e setenta e cinco reais e doze centavos), pela participação na Visita ao MPE SP e Reunião do Projeto Repensar, nos dias 18 e 19 de janeiro de 2016, na cidade de São Paulo-SP.

Concedido ao Promotor de Justiça Carlos Alberto Cantarutti, matrícula 616, 2,5 (duas e meia) diárias, no valor de R$2.583,66 (dois mil quinhentos e oitenta e três reais e sessenta e seis centavos), pela participação na Solenidade de Posse dos Procuradores do MP do Acre, nos dias 28 a 30 janeiro de 2016, na cidade de Rio Branco.

Concedido ao Promotor Justiça Alexandre Sales de Paula e Souza, matrícula 553, 2,5 (duas e meia) diárias, no valor R$2.547,35 (dois mil quinhentos e quarenta e sete reais e tinta e cinco centavos), pela participação no Cumprimento de Ordem Judicial, nos dias 26 a 28 de janeiro de 2016, na cidade de Curitiba-PR.

Concedido ao Promotor Justiça Adjunto Rodrigo de Araújo Bezerra, matrícula 10098, 2,5 (duas e meia) diárias, no valor R$2.426,75 (dois mil quatrocentos e vinte e seis reais setenta e cinco centavos), pela participação no Cumprimento de Ordem Judicial, nos dias 26 a 28 de janeiro de 2016, na cidade de Curitiba-PR.

Concedido a Promotora de Justiça Adjunta Mariana Silva Nunes, matrícula 10087, 3,5 (três e meia) diárias, no valor R$3.343,42 (três mil trezentos e quarenta e três reais e quarenta e dois centavos), pela participação no X Congresso Brasileiro de Direito de Família, nos dias 21 a 24 de outubro de 2015, na cidade de Belo Horizonte-MG.

Concedido a Promotora de Justiça Aymara Maria Marinho Borges, matrícula 469, 3,5 (três e meia) diárias, no valor R$3.512,26 (três mil quinhentos e doze reais e vinte e seis centavos), pela participação no X Congresso Brasileiro de Direito de Família, nos dias 21 a 24 de outubro de 2015, na cidade de Belo Horizonte-MG.

Concedido a Promotora de Justiça Maercia Correia de Mello, matrícula 418, 3,5 (três e meia) diárias, no valor R$3.512,26 (três mil quinhentos e doze reais e vinte e seis centavos), pela participação no X Congresso Brasileiro de Direito de Família, nos dias 21 a 24 de outubro de 2015, na cidade de Belo Horizonte-MG.

Diário Eletrônico do MPDFT.Edição n.º 779, 03 de março de 2016.

Concedido a Promotora de Justiça Adjunta Camila Costa Brito, matrícula 10093, 3,5 (três e meia) diárias, no valor R$3.343,42 (três mil trezentos e quarenta e três reais e quarenta e dois centavos), pela participação no X Congresso Brasileiro de Direito de Família, nos dias 21 a 24 de outubro de 2015, na cidade de Belo Horizonte-MG.

Concedido ao Promotor de Justiça Ricardo Wittler Contardo, matrícula 619, 3,5 (três e meia) diárias, no valor R$3.512,26 (três mil quinhentos e doze reais e vinte e seis centavos), pela participação no X Congresso Brasileiro de Direito de Família, nos dias 21 a 24 de outubro de 2015, na cidade de Belo Horizonte-MG.

Brasília-DF, 2 de março de 2016.

Bruna Carvalho Lara de Sousa
SEDIP/DG

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 205, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, nomeado pela Portaria nº 75/PGJ, de 19/1/2015, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.160/PGJ, de 06/09/2010, publicada no Diário Oficial da União de 10/09/2010,

CONSIDERANDO o teor do Documento Tabularium nº 08191.016053/2016-20, de 26 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o afastamento da servidora **LUCIANA FORMIGA RODOLFO VASCONCELOS DE OLIVEIRA**, matrícula 1166, no período de 29 de fevereiro a 4 de março de 2016, para ministrar o "Curso de Gestão Orçamentária e Financeira" da Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, em Brasília/DF.

Art. 2º Haverá necessidade de compensação de horas, no âmbito do MPDFT, que deverá ocorrer no prazo de até 1 (um) ano, nos termos do Art. 98, § 4º, da Lei nº 8.112/90.

Art. 3º O afastamento dar-se-á sem ônus de diárias e passagens para o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

WAGNER DE CASTRO ARAÚJO

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 206 , DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, nomeado pela Portaria nº 75/PGJ, de 19/1/2015, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.160/PGJ, de 06/09/2010, publicada no Diário Oficial da União de 10/09/2010, e considerando o teor do Tabularium nº 08191.013525/2016-92,

RESOLVE:

Designar a servidora **ADRIANA AGUIAR ARAÚJO**, matrícula 4393-1, Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito da carreira do Ministério Público da União, para exercer a função de confiança de Assistente Técnico I da Divisão de Análise Processual da Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Brasília II, código FC-02 (66001047), dispensando, em consequência, a servidora **JULIANA MELO BOAZ PINHEIRO SALES**, matrícula 4179-3.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

WAGNER DE CASTRO ARAÚJO

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 207 , DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, nomeado pela Portaria nº 75/PGJ, de 19/1/2015, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.160/PGJ, de 06/09/2010, publicada no Diário Oficial da União de 10/09/2010, e considerando o teor do Tabularium nº 08191.015999/2016-79,

RESOLVE:

Dispensar, a contar de 26/2/2016, a servidora **JOSIANE CORRÊA PIRES NEGRETTO**, matrícula 3838-5, Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito da carreira do Ministério Público da União, da função de confiança de Assistente Técnico I da Divisão de Análise Processual do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural e Ordem Urbanística da Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Brasília I, código FC-02 (64001068).

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

WAGNER DE CASTRO ARAÚJO

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 208, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, nomeado pela Portaria nº 75/PGJ, de 14/01/2015, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria/PGJ n.º 1.160, de 06/09/2010, publicada no Diário Oficial da União de 10/09/2010, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo n.º 08191.013830/2016-84,

RESOLVE:

Conceder à servidora **DNALVA FELIX COELHO**, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico Administrativo/Administração, matrícula 1312, a conversão em pecúnia, mediante disponibilidade orçamentária, do saldo de **90 (noventa) dias** de licença-prêmio não usufruídos nem contados em dobro para aposentadoria, referentes ao 1º quinquênio de efetivo exercício, a saber, de 12/12/1990 a 10/12/1995, com fundamento no art. 5º, parágrafo único, inciso III, da Portaria/PGR n.º 707, de 12/11/2012, alterada pela Portaria/PGR n.º 10, de 8/5/2014.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

WAGNER DE CASTRO ARAÚJO

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
DIRETORIA-GERAL

PORTARIA nº 209, de 29 de Fevereiro de 2016.

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições previstas na Portaria Normativa/DG nº 32, de 13 de janeiro de 2010, e tendo em vista o que consta no Processo nº 08191.006116/2016-30,

RESOLVE:

Art. 1º – Designar o servidor MERLIN CALENDA DI TAVANI, Técnico do MPU/Apoio Técnico Administrativo, matrícula n° 4484-9, para exercer o encargo de GESTOR do Contrato n. 026/2014, e a servidora ANA MARIA CAMPOS DE OLIVEIRA, Chefe do Setor de Identificação de Pessoas, matrícula n° 2194-6, para exercer o encargo de GESTORA SUBSTITUTA, alterando a Portaria n° 147, de 04 de fevereiro de 2016.

Art. 2º – Dispensar o servidor LEIBNITZ ALEXANDRE ALVES, Técnico do MPU/Apoio Técnico Administrativo, matrícula n° 4717-1, do encargo de GESTOR do Contrato n. 026/2014, e o servidor MERLIN CALENDA DI TAVANI, Técnico do MPU/Apoio Técnico Administrativo, matrícula n° 4484-9, do encargo de GESTOR SUBSTITUTO, do Contrato supracitado alterando a Portaria n° 147, de 04 de fevereiro de 2016.

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

WAGNER DE CASTRO ARAÚJO

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 210 , DE 1º DE MARÇO DE 2016.

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, nomeado pela Portaria nº 75/PGJ, de 19/1/2015, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.160/PGJ, de 06/09/2010, publicada no Diário Oficial da União de 10/09/2010, e considerando o teor do Tabularium nº 08191.016944/2016-86,

RESOLVE:

Designar a servidora **CHARLENE RODRIGUES GONÇALVES**, matrícula 4506-3, Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito da carreira do Ministério Público da União, para exercer a função de confiança de Assistente Técnico I da Secretaria Executiva da Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Sobradinho, código FC-02 (78001020), dispensando, em consequência, a servidora **PAULA DE SOUZA BERNARDES FRAGOSO**, matrícula 4514-4.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

WAGNER DE CASTRO ARAÚJO

Sumário

Capa..... p. 1
Corregedoria-Geral..... p. 2
Recomendação 012016..... p. 2
Secretaria-Geral..... p. 4
Extrato de Concessão de Diárias 00000000000000000004..... p. 4
Portaria 205/2016..... p. 6
Portaria 206/2016..... p. 7
Portaria 207/2016..... p. 8
Portaria 208/2016..... p. 9
Portaria 209/2016..... p. 10
Portaria 210/2016..... p. 11
Sumário..... p. 12